

Universidade Federal Rural de Pernambuco  
Departamento de Ciências Sociais

Andréa Camila Correia Xaves

**(IN)SEGURANÇA ALIMENTAR NA TATUOCA E OS IMPACTOS  
DA ALOCAÇÃO DA COMUNIDADE NO HABITACIONAL VILA  
NOVA TATUOCA**

Recife  
2021

Andréa Camila Correia Xaves

(IN)SEGURANÇA ALIMENTAR NA TATUOCA E OS IMPACTOS  
DA ALOCAÇÃO DA COMUNIDADE NO HABITACIONAL VILA  
NOVA TATUOCA

Artigo apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso, do Bacharelado de Ciências Sociais na Universidade Federal Rural de Pernambuco, sob orientação do Professor Doutor Fábio Bezerra de Andrade.

Aprovado em 05 de março de 2021.

Banca Examinadora

---

Prof. Dr. Fábio Bezerra de Andrade  
(Orientador)

---

Prof. Dr. Maurício Sardá de Farias

---

Prof. Dr. Paulo Afonso Barbosa de Brito

Recife  
2021

## **(IN)SEGURANÇA ALIMENTAR NA TATUOCA E OS IMPACTOS DA ALOCAÇÃO DA COMUNIDADE NO HABITACIONAL VILA NOVA TATUOCA**

### **RESUMO**

Neste artigo apresentamos os resultados de pesquisa que trata da situação de insegurança alimentar na comunidade de Tatuoca, município de Ipojuca/PE, diante da remoção da população de seu território original na Ilha de Tatuoca, e alocação no Habitacional Vila Nova Tatuoca. A pesquisa desenvolvida busca a compreensão das alterações nas dinâmicas alimentares, advindas da mudança no local de habitação, aplicando a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) como instrumento de interpretação desses impactos. Os dados resultantes da classificação das famílias pesquisadas na EBIA expõem, em toda amostra, uma situação de insegurança alimentar. Com a sistematização das informações obtidas ficam evidentes as consequências da remoção da população de sua habitação original nos processos autônomos de acesso aos alimentos, que, uma vez reduzidos, direciona a população a consolidar sua base alimentar através da compra destes. Os impactos relatados nas dinâmicas de renda nos permitem ainda refletir como a necessidade de aquisição de alimentos relaciona-se com a situação de insegurança identificada.

**Palavras-chave:** Segurança Alimentar; EBIA; Tatuoca; Suape.

### **1 INTRODUÇÃO**

O território elegido para o desenvolvimento da pesquisa<sup>1</sup> foi a comunidade Vila Nova de Tatuoca, surgida com a desapropriação da população originária da Ilha de Tatuoca, composta por aproximadamente 75 famílias, para ceder lugar à instalação dos Estaleiros Atlântico Sul e Promar. A Ilha de Tatuoca localiza-se no município de Ipojuca/PE, próxima a divisa com o município de Cabo de Santo Agostinho, numa região de estuários entre os rios Massangana, Ipojuca e Tatuoca. Sua área é parte do Complexo Industrial Portuário de Suape (CIPS), que desde a década de 1970 se instalou na região.

A partir da escuta nos momentos de vivência interdisciplinares e relacionando-os com o histórico da implantação do CIPS é possível observar quatro momentos bem distintos da história recente de Tatuoca i. o período pré-CIPS, anterior a década de setenta; ii. o período pós

---

<sup>1</sup> Realizada no ano de 2018, vinculada ao Projeto do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica “Lazer, campesinato e segurança alimentar: relações e reflexões.”, sob orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Joanna Lessa Fontes Silva do Departamento de Educação da Universidade Federal Rural de Pernambuco.

instalação do CIPS, e anterior aos impactos mais significantes em seu território, entre os anos setenta e o início dos anos 2000; iii. o período em que, ainda em seu território original, a comunidade começou a sofrer intensivamente com os impactos de preparação para instalação dos estaleiros, entre 2000 e 2014; e, iv. o período pós remoção de seu território e alocação no Habitacional Vila Nova Tatuoca, a partir de 2014.

A comunidade que ocupava a região, anteriormente à instalação do complexo, se estruturava economicamente a partir da pesca artesanal, atividades de coleta e agricultura de subsistência. A partir dos anos 2000, quando se iniciou o desenvolvimento de ações para expansão do CIPS, a comunidade de Tatuoca foi progressivamente submetida a um processo de vulnerabilização. Os impactos ambientais em virtude de sucessivas dragagens, aterros e demais intervenções na paisagem natural da região implicaram em diversos aspectos da vida daquela população, culminando na impossibilidade de manutenção das principais atividades vinculadas a subsistência alimentar da comunidade. Por definitivo, a instalação dos Estaleiros Atlântico Sul e Promar na exata localização da comunidade resultou na expulsão desta população, que de acordo com o discurso institucional foi submetida a “remanejamento involuntário de população” (MORAES E ALBUQUERQUE ADVOGADOS E CONSULTORES, 2010, p. 61), sob o clima permanente de ameaça à integridade física e dano patrimonial, segundo relato:

Essas mesmas famílias, estabelecidas, enraizadas, vêm sofrendo, contudo, sistemáticas violências por parte de um megaempreendimento administrado pelo Estado de Pernambuco, que não apenas as nomeia cinicamente de “invasoras”, como também se utiliza de seus funcionários “de segurança” - que agem como verdadeiros capangas - que, armados, ameaçam, intimidam, destroem casas, lavouras e plantações sem qualquer ordem judicial. (COMUNIDADES TRADICIONAIS DO CABO E DE IPOJUCA ATINGIDAS EM SEU TERRITÓRIO PELO COMPLEXO INDUSTRIAL PORTUÁRIO DE SUAPE, 2016, s/p).

No ano de 2014, o CIPS entregou o Habitacional Vila Nova Tatuoca às famílias desapropriadas. Este Habitacional é um conjunto de 75 casas divididas em 03 quadras, na cidade do Cabo de Santo Agostinho/PE.

Uma vez instalados na Vila Nova Tatuoca, a população ali residente é inserida num formato de conjunto habitacional distante em diversos aspectos da forma como organizavam suas vidas no território do qual foram removidos. Dentre aspectos culturais, subjetivos e materiais impactados, alternativas autônomas de sustento econômico e alimentar derivadas da

pesca, coleta e agricultura – formas tradicionais daquela população – foram cerceadas, aproximando-as de condições que podem gerar uma situação de insegurança alimentar.

Compreendendo que as recentes mudanças as quais foi submetida a comunidade de Tatuoca tem potencial de influenciar em sua situação de segurança alimentar e nutricional, a pesquisa teve como objetivo analisar o grau de Insegurança Alimentar que se encontra a comunidade e, com isso, refletir junto com ela o que levou a esse possível grau de insegurança. Recorremos então, ao estudo, adaptação e aplicação da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) ao caso particular de Tatuoca.

A estrutura deste artigo compõe-se de duas seções, além desta introdução e considerações finais. Em “Desenho da Pesquisa” apresenta-se a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar enquanto opção estatal e sua conceituação como instrumento que serviu de base à pesquisa, além disso, têm-se as escolhas metodológicas no tocante ao perfil e delimitação da amostra, demonstra-se ainda os elementos que compuseram o roteiro da entrevista e detalhamento sobre sua execução. Na seção “Aspectos da Segurança Alimentar na Tatuoca” temos inicialmente, em subseção, uma contextualização da ação do Estado brasileiro no estabelecimento da política pública de Segurança Alimentar Nacional (SAN) e a constituição do seu marco legal, em sequência apresentam-se informações relevantes à leitura dos dados e os resultados obtidos com a aplicação da pesquisa. Seguindo, temos nas considerações finais reflexões a respeito das informações expostas.

## **2 DESENHO DA PESQUISA**

### **2.1 A Escala Brasileira de Insegurança Alimentar**

A base metodológica dessa pesquisa foi fundamentada na EBIA, que mensura a percepção dos moradores dos domicílios em relação ao acesso aos alimentos e, além disso, atende à determinação do Art. 21, do Parágrafo 6<sup>a</sup>, do Decreto n. 7.272, de 25/08/10<sup>2</sup>. A adoção da EBIA pelo Estado brasileiro surge na necessidade de oferecer uma proposta de intervenção efetiva em garantir a Segurança Alimentar e Nutricional à população, que passa a utilizá-lo como

---

<sup>2</sup>Identificar os grupos populacionais mais vulneráveis à violação do direito humano à alimentação adequada. (BRASIL, 2010)

“instrumento auxiliar das políticas de combate à fome no Brasil” (SEGALL-CORREA; MARIN-LEON, 2009, p.1) a partir da adaptação da versão original americana. O processo de adaptação e validação ocorreu inicialmente por ação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico no ano de 2003, através de financiamento à equipe da Universidade Estadual de Campinas. Em 2004, o Governo Federal incorpora a EBIA à Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (IBGE, 2013, s/p).

Desde então ela vem sendo utilizada para captar a ocorrência de violação do direito humano à alimentação, quando não é assegurado o acesso permanente à alimentos de qualidade e em quantidade suficiente ou as condições para sua obtenção são limitadas (BRASIL, 2010), situações geradoras de Insegurança Alimentar. E ainda, o inter-relacionamento das condições mais diretas de acesso a alimentos, e suas condições de obtenção. As respostas ao conjunto de questões que compõe a EBIA geram informações quantitativas que são classificadas de acordo com a tabela 1.

Tabela 1: Classificação da EBIA

| CLASSIFICAÇÃO                  | PONTOS DE CORTE PARA DOMICÍLIOS COM MENORES DE 18 ANOS |
|--------------------------------|--------------------------------------------------------|
| INSEGURANÇA ALIMENTAR LEVE     | 1 A 5                                                  |
| INSEGURANÇA ALIMENTAR MODERADA | 6 A 9                                                  |
| INSEGURANÇA ALIMENTAR GRAVE    | 10 A 14                                                |

Fonte: Próprio autor (2018)

Existem outros métodos oficiais para análise de inquéritos nacionais, como o da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), com cálculo da disponibilidade calórica diária per capita, como o cálculo do rendimento mínimo para o consumo alimentar e não-alimentar, a antropometria, por exemplo. No entanto, as escalas psicométricas do acesso familiar aos alimentos, caso da EBIA, tem vantagem por medirem o fenômeno diretamente a partir da experiência de insegurança alimentar vivenciada e percebida pelas pessoas afetadas.

## 2.2 Roteiro de entrevistas e execução da pesquisa

Adicionalmente à EBIA, introduziu-se um roteiro de entrevista semiestruturada (Apêndice A) para garantir um conjunto de informações necessárias ao entendimento do estado

de insegurança alimentar que poderia nos trazer a escala. Após as perguntas a respeito da situação atual de acesso e disponibilidade de alimentos, apresentavam-se outras questões referentes à percepção das entrevistadas quando do período de moradia na Ilha de Tatuoca, tal qual sobre as mudanças ocorridas no tocante a estas questões depois da instalação na Vila Nova Tatuoca.

A EBIA compõe-se de dois modelos de questionários: um curto, com oito questões, para famílias sem menores de dezoito anos; e outro longo, com quatorze, para aquelas onde se tem a presença de pelo menos um membro com menos de dezoito anos. Considerando o perfil definido para as famílias a serem entrevistadas definiu-se a utilização do modelo longo (Anexo A).

Do conjunto de famílias de setenta e cinco (75) famílias, definiu-se o quantitativo de dez (10) entrevistas a serem realizadas, em amostra não probabilística. Delimitou-se que as entrevistas deveriam ser respondidas por mulheres. Ainda sobre a especificação das famílias a serem abordadas considerou-se os seguintes fatores: integração ao grupo de mulheres já articulado nas ações do Projeto - e a continuidade de suas redes familiares e comunitárias, disponibilidade e disposição delas para responder à entrevista.

Foram planejadas três visitas<sup>3</sup> ao Habitacional, sendo uma primeira para aplicação da entrevista piloto, no intuito de testar a aplicação do instrumento, a adequação de sua linguagem, tempo necessário, clareza das perguntas e acolhimento da proposta por parte das entrevistadas, e duas posteriores para efetiva execução após os ajustes que fossem necessários.

Considerando as características da pesquisa que recorre a questionário e entrevista semiestruturada, temos duas formas distintas de analisar as informações coletadas.

As respostas ao conjunto de questões que compõe a EBIA seguem a classificação exposta na tabela 1. Já as informações obtidas a partir das questões semiestruturadas tiveram uma abordagem de análise qualitativa.

Diante da execução da pesquisa foram necessárias adaptações ao planejamento, houve a redução das visitas ao Habitacional para realização das entrevistas, que ocorreram em duas oportunidades, bem como a diminuição no quantitativo destas - que ficou em número de seis famílias. As duas entrevistas piloto realizadas inicialmente para testagem do instrumento fizeram parte da amostra que compõe a análise, uma vez que não houve ajuste em suas questões.

---

<sup>3</sup>As entrevistas foram realizadas pela autora, em companhia da professora responsável pelo projeto e pela bolsista do PIBIC Ensino Médio Marta Maria Leite, residente da comunidade.

O plano de trabalho da pesquisa foi executado de março à julho de 2018, tendo a coleta de dados ocorrido nos meses de maio e junho do mesmo ano.

Tendo em vista o quantitativo pequeno da amostra trabalhada nesta pesquisa é ciente a limitação da possibilidade de generalização probabilística das conclusões aqui apresentadas, motivo pelo qual pontuamos desde então que os resultados e discussões em questão referem-se ao conjunto das seis famílias pesquisadas. No entanto, considera-se possível expandir as reflexões aqui colocadas uma vez que a comunidade vivenciou coletivamente os impactos das recentes mudanças que lhes foram impostas.

### **3 ASPECTOS DA SEGURANÇA ALIMENTAR NA TATUOCA**

#### **3.1 Segurança Alimentar no Brasil**

As discussões a respeito da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) no Brasil tem em 2006 o estabelecimento de seu marco legal a partir da promulgação da Lei 11.346, denominada de Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), que enuncia em seu artigo primeiro a criação de um Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional a ser regulamentado e idealmente composto por múltiplos setores da sociedade, constituindo-se como eixo para o debate acerca das políticas públicas relativas à alimentação humana.

Esta Lei estabelece as definições, princípios, diretrizes, objetivos e composição do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN, por meio do qual o poder público, com a participação da sociedade civil organizada, formulará e implementará políticas, planos, programas e ações com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada. (BRASIL, 2006, s/p).

A promulgação da LOSAN ocorre num cenário em que as políticas de combate à fome eram amplamente discutidas e institucionalizadas dentro do governo federal através do mandato do então presidente Luís Inácio Lula da Silva (PT). Ela foi fruto principal de debates que permearam a reabertura democrática do país, encampada por movimentos sociais em articulação com organizações não governamentais num período em que a fome era estampada como um dos mais graves problemas a ser enfrentado pelo Brasil.



A definição do marco legal que a estabelece como política de Estado, fixa diversos compromissos estatais para o trabalho permanente no sentido de que a população do país possa ter garantida uma alimentação adequada, com intenção de proteger esta política pública da dependência de uma escolha de governo.

Por alimentação adequada, conceito fundamental ao esforço pela SAN da população, a LOSAN estabelece em seu Artigo 2º:

A alimentação adequada é direito fundamental do ser humano, inerente à dignidade da pessoa humana e indispensável à realização dos direitos consagrados na Constituição Federal, devendo o poder público adotar as políticas e ações que se façam necessárias para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional da população. § 1o A adoção dessas políticas e ações deverá levar em conta as dimensões ambientais, culturais, econômicas, regionais e sociais. § 2o É dever do poder público respeitar, proteger, promover, prover, informar, monitorar, fiscalizar e avaliar a realização do direito humano à alimentação adequada, bem como garantir os mecanismos para sua exigibilidade. (BRASIL, 2006 s/p).

Buscando referência na II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, realizada em Olinda/PE, em março de 2004, importante momento para a consolidação deste marco legal, a LOSAN traz da Conferência o conceito lá definido de SAN:

Art. 3º A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (BRASIL, 2006 s/p).

Ainda referente ao marco legal, em 2010 foi promulgada a Emenda Constitucional nº 64 que inclui no Artigo 6º da Constituição a alimentação como direito e garantia fundamental. Podemos identificar no arcabouço jurídico base para as políticas de SAN no Brasil, que são diversos os fatores a serem inter-relacionados para estruturação dela. Constatamos ainda, o dever do Estado no tocante a uma gestão que acompanhe todo o ciclo da política pública.

É marcante desde o arcabouço legal da política de SAN que para compreensão do grau de insegurança alimentar ao qual uma população está submetida seja necessário que os estudos abarquem categorias diversas e amplie, além da ideia geral de acesso à alimentos, o esforço de captar a realidade que cerca o grupo estudado. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) reflete a partir de resultados da PNAD e recomenda:

Os resultados da PNAD 2004 e da PNDS 2006 confirmam que a insegurança alimentar está diretamente relacionada a outros fatores socioeconômicos e de composição da unidade domiciliar (como, por exemplo, a presença de moradores menores de 18 anos de idade, o número de moradores, o sexo ou raça do chefe da família, e a renda domiciliar). Por isso, é aconselhável que o questionário da EBIA seja parte de instrumentos de coleta de dados que contemplem também variáveis socioeconômicas, culturais e outras que se julgar pertinentes para uma caracterização mais abrangente dos fatores que afetam a segurança alimentar das famílias, tal como vem sendo feito pelo IBGE nos suplementos específicos da PNAD sobre o tema. (IBGE, 2013, s/p)

A compreensão dos marcadores sociais de diferença, aspectos culturais e socioeconômicos são cruciais ao desenvolvimento de uma pesquisa que se proponha a averiguar o grau de insegurança alimentar de um grupo. Na etapa de planejamento consideraram-se variáveis específicas da população, para que, entre outras decisões, fosse possível caminhar na adaptação da EBIA de modo a adequar a linguagem do questionário, visando uma melhor compreensão das perguntas e menor resistência das entrevistadas.

Exercícios de percepção e coleta de informações possibilitados pelos momentos de vivência interdisciplinar do projeto no território da comunidade e troca com demais participantes do Projeto contribuíram com a reflexão sobre quais variáveis deveriam compor um conjunto adicional de questões que pudessem contribuir com o entendimento da situação captada pela EBIA.

Considerando que a EBIA não é uma ferramenta de análise comparativa entre marcos temporais, seu questionário padrão é validado para captar o momento atual da pesquisa, e esta reflexão temporal direta só pode ser realizada a partir da aplicação sucessiva da pesquisa numa determinada população, possibilitando análises através da construção de linhas temporais.

A partir dos dados coletados na realização das entrevistas construíram-se informações diversas que nos dizem sobre a comunidade do Habitacional Vila Nova Tatuoca, com recorte para as famílias pesquisadas, sua caracterização a partir de marcadores sociais e especialmente sobre as condições de segurança alimentar que aquela população se encontra.

### **3.2 (In)Segurança Alimentar na Tatuoca: uma leitura dos dados quantitativos.**

A respeito das entrevistadas, temos um grupo de mulheres com a distribuição etária (Figura 1) concentrada principalmente na faixa etária de adultos jovens, entre 20 e 40 anos. Considerando a cronologia vinculada às mudanças imputadas à comunidade de Tatuoca (vide

introdução), que tem como marco recente a expulsão de seu território original no ano de 2014 e realocação no Habitacional, e devido ao potencial de interferência nas dinâmicas alimentares dessa mudança, foi fundamental para resgate das memórias vinculadas a estas dinâmicas e portadoras de referências a respeito do acesso e disponibilidade de alimentos, que as entrevistadas tivessem vivenciado a moradia na Ilha de Tatuoca para além da infância.

A composição familiar caracteriza-se a partir do detalhamento exposto na Figura 2. Temos 40% do total de membros das famílias pesquisadas como menores de dezoito anos.

Figura 1 - Faixa etária mulheres entrevistadas.

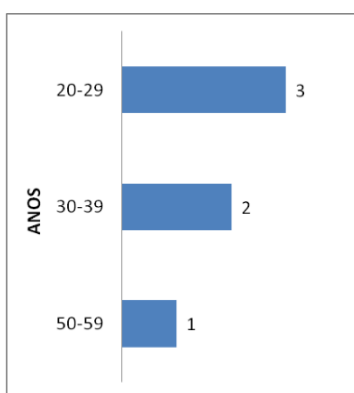
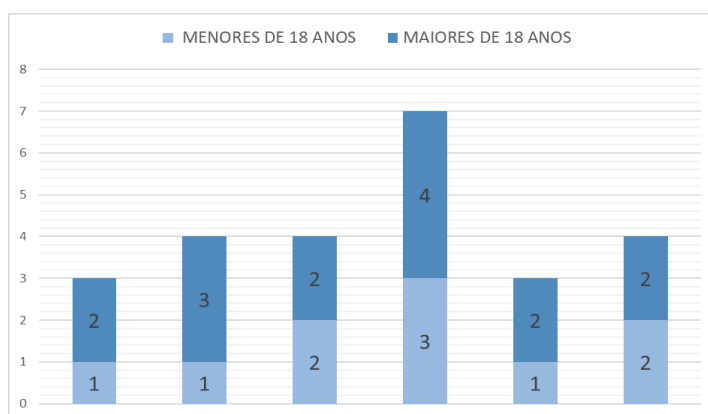


Figura 2 – Composição familiar por referência na maioridade.



Fonte: Próprio autor (2018) Fonte: Próprio autor (2018)

Considerando as relações de família e parentesco, temos em quatro das seis famílias pesquisadas uma formação nuclear, sendo que numa delas há extensão com agregação de um neto na residência. As demais têm estrutura monoparental com a presença de uma mãe e seus filhos. Para uma delas agrega-se ainda o companheiro de uma das filhas (Figura 3).

Fonte: Próprio autor (2018)

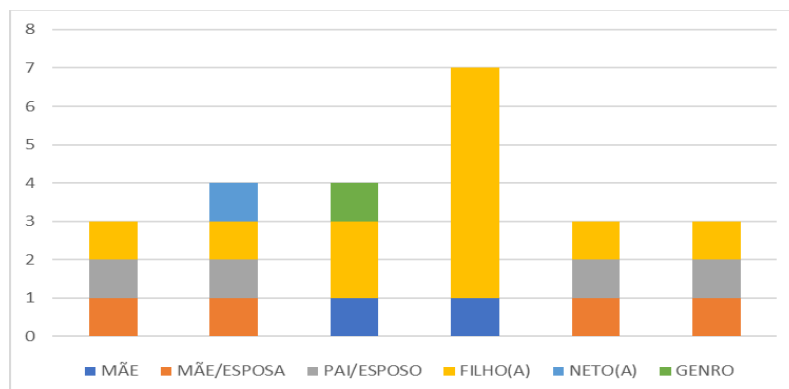
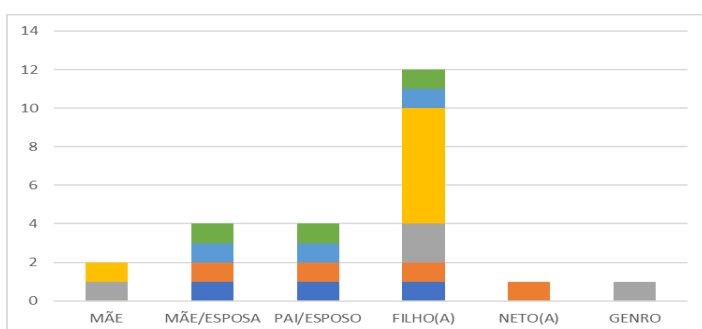


Figura 4 – Presença de membros da família, por parentesco.

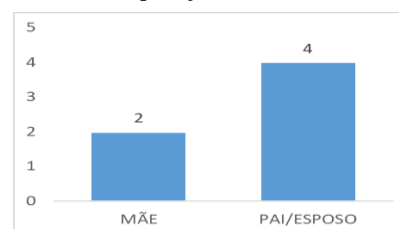
Na observação da Figura 4 percebemos que os filhos correspondem a 50% do total de membros na soma das famílias pesquisadas, explicita-se também a representação dos demais membros a partir de suas relações de parentesco tendo como ego referencial as mulheres entrevistadas. A partir da informação a respeito das chefias das famílias (Figura 5) correlacionada com a presença de membros da família por parentesco (Figura 4) identificamos que em todas as famílias onde há presença do pai/esposo a chefia da família está com ele, nas demais, a mãe ocupa este lugar.

Figura 4 – Presença de membros da família, por parentesco.



Fonte: Próprio autor (2018)

Figura 5 – Chefia das famílias por parentesco referenciado na composição familiar.



Fonte: Próprio autor (2018)

A respeito das informações de renda percebemos incomodo por parte das entrevistadas frente à necessidade de detalhá-las, especialmente nas famílias onde não há nenhum membro com emprego formal e a renda é constituída de modo variável. Vemos como possível explicação para tal, a própria dificuldade em estimar uma renda que não é fixa. Temos na tabela abaixo as médias da renda per capita identificada a partir dos dados colhidos nas entrevistas, é possível perceber que a existência de emprego formal tem um efeito positivo na renda, estando 34% acima da média total, e 73% acima da média das famílias sem nenhum membro com emprego formal. A média da renda per capita na comunidade de Tatuoca corresponde a 33%, em média, da renda domiciliar per capita do estado de Pernambuco no ano de 2017, que foi de R\$ 852,00<sup>4</sup>.

Tabela 2 – Média da renda per capita mensal por total das residências entrevistas, e por presença de membros

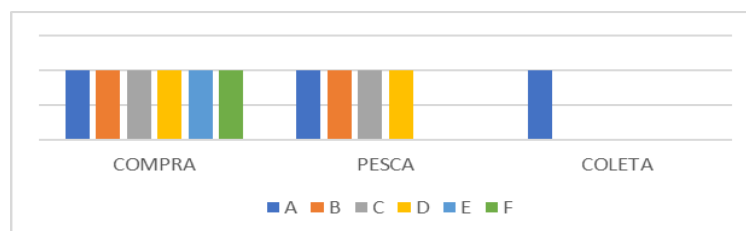
| MÉDIA RENDA PER CAPITA MENSAL TOTAL | MÉDIA RENDA PER CAPITA MENSAL EM FAMÍLIAS SEM NENHUM MEMBRO COM EMPREGO FORMAL | MÉDIA RENDA PER CAPITA MENSAL EM FAMÍLIAS COM PELO MENOS UM MEMBRO COM EMPREGO FORMAL |
|-------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------|
| R\$ 282,53                          | R\$ 218,50                                                                     | R\$ 378,57                                                                            |

Fonte: Próprio autor (2018)

<sup>4</sup> IBGE. Rendimento domiciliar per capita 2017. Rio de Janeiro, 2018.

Considerando que todas as entrevistadas responderam (Figura 6) que suas famílias têm como primeiro meio de acesso ao alimento a compra, a renda torna-se um determinante fundamental para a segurança alimentar e nutricional na Vila Nova Tatuoca. A pesca surge como segundo meio de acesso aos alimentos para quatro famílias, e ainda a coleta de frutas e mariscos é o terceiro meio para uma família.

Figura 6 – Fontes de acesso ao alimento por família.

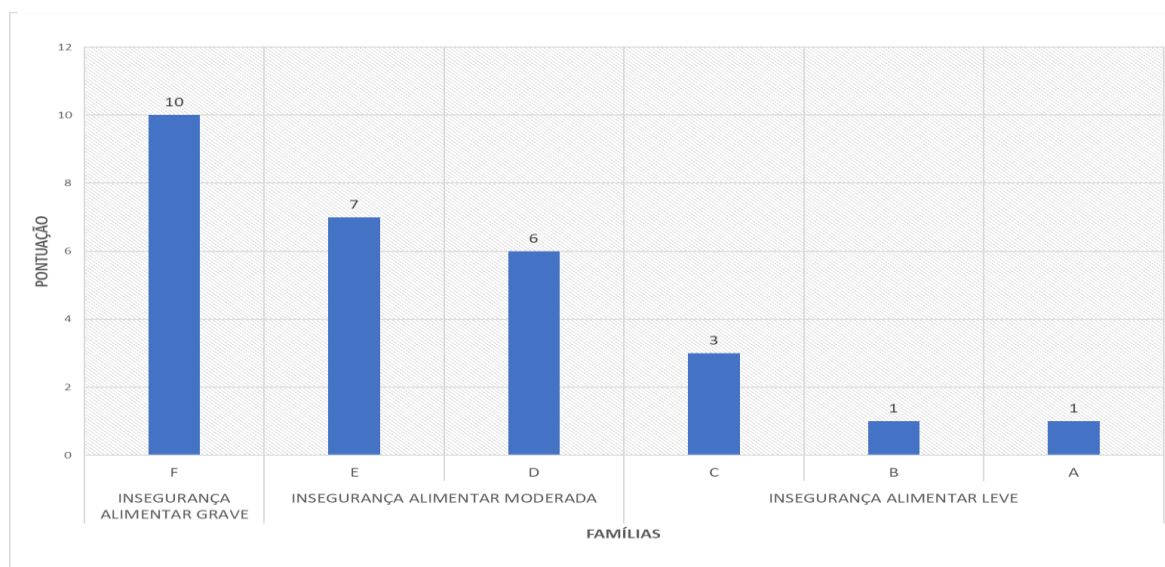


Fonte: Próprio autor (2018)

Considerando o contexto dado pelos elementos da pesquisa, caminhamos no sentido de construir análise que dê suporte a compreensão da situação de (In) Segurança Alimentar da comunidade Vila Nova Tatuoca, objetivo principal deste trabalho. Os resultados que alcançamos com a aplicação do EBIA, conforme já explicitado, são recorte de um instante, momento esse que olhamos reconhecendo ser construído ao longo de toda uma história da comunidade.

Na Figura 7 podemos identificar o resultado objetivo da aplicação do EBIA, demonstrado através de classificação atribuída às famílias a partir do quantitativo de pontos registrado pelas suas respostas ao questionário.

Figura 7 – Classificação EBIA por família.



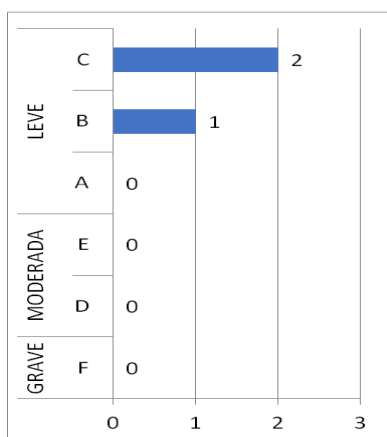
Fonte: Próprio autor (2018)

Temos das seis famílias entrevistadas três classificadas como em situação de insegurança alimentar leve, duas em insegurança alimentar moderada e uma verificada como situação de insegurança alimentar grave.

Cruzando a informação da classificação EBIA com a presença de membros nas famílias com emprego formal (Figura 8), percebemos que nos dois casos em que há esta presença as famílias estão classificadas em situação de insegurança alimentar leve.

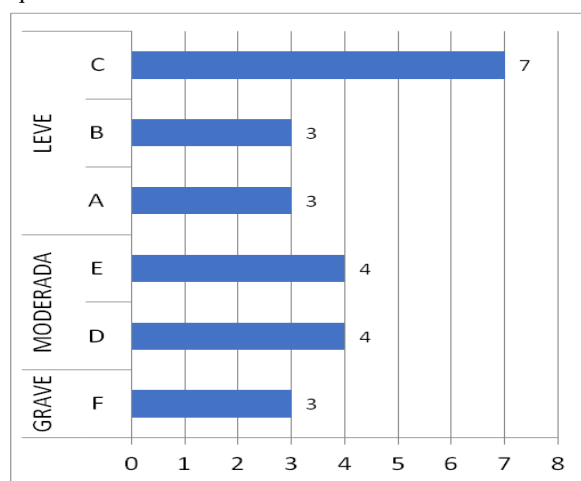
Considerando a informação já relatada de que a principal forma de acesso aos alimentos é através da compra, e que o questionário da EBIA se propõe a coletar não apenas a declaração a respeito da efetiva ausência de alimentos ou fome, mas também a reflexão acerca da possibilidade de que essa ausência ocorra, entendemos que a inexistência de renda fixa e a situação de incerteza da mesma, encontrada nas famílias que dependem de renda variável, implica em conviver mais proximamente com esta possibilidade uma vez que interfere na capacidade de planejar as despesas. Não percebemos correlação entre a quantidade de membros das famílias e a classificação de insegurança alimentar (Figura 9).

Figura 8 – Famílias por classificação EBIA e quantidade de membros com emprego formal.



Fonte: Próprio autor (2018)

Figura 9 – Famílias por classificação EBIA e quantidade de membros.



Fonte: Próprio autor (2018)

### 3.3 (In)Segurança Alimentar na Tatuoca: uma leitura sobre a percepção dos moradores a respeito do acesso aos alimentos.

A consolidação da compra (Figura 6) como principal forma de acessar os alimentos traz algumas implicações importantes para a comunidade de Tatuoca uma vez que se atribuiu a renda

o principal determinante desta dinâmica e que a alocação da comunidade no Habitacional por sua vez cria despesas inexistentes quando da moradia na Ilha. Segundo relato das entrevistadas, junto com a mudança para o Habitacional e a regularização de serviços e concessões públicas, surge a necessidade de pagamento do consumo de energia elétrica, água e esgoto, o que acarreta o comprometimento de uma parte importante da renda e diminui o recurso disponível para acesso aos alimentos. Há ainda implicação da flutuação na renda das famílias, considerando que das seis pesquisadas, em apenas duas há a presença de membros com emprego formal, e previsão de renda estável e fixa, o que permite um planejamento de despesas e sua execução com menos incertezas. Nas demais famílias, a renda é explicada em base variável a partir da pesca e coleta, cuidados com crianças, serviços eventuais de ajudante de pedreiro e venda de alimentícios, sendo pouco passível de planejamento. Relata-se adicionalmente por duas famílias a condição de beneficiária do Bolsa Família, que segundo as entrevistadas passa a ter um caráter de renda fixa importante à manutenção das condições de acesso ao alimento.

A relação da segurança alimentar e nutricional da comunidade com a pesca e coleta resiste à remoção do território original, uma vez que comunidade mantém em parte a manutenção dessas atividades. Segundo os relatos, principalmente os homens continuam no exercício da pesca e coleta de mariscos como trabalho e por vezes, com indicativo de eventualidade na diminuição dos recursos para compra de alimentos, utiliza-se dos produtos pescados para complementação da alimentação familiar. A coleta de frutas, com bem menos expressividade, surge como possibilidade quando se chega a períodos de frutas “da estação”, onde se utiliza como uma oportunidade de adicionar este gênero à alimentação, bem como opção de complementação de renda através da comercialização.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A partir do relato das entrevistadas no tocante às dinâmicas de alimentação no período de moradia na Ilha, elaboramos as seguintes observações:

- Geração de renda a partir da comercialização do produto da pesca e coleta de mariscos em virtude da acessibilidade, familiaridade e conhecimento do ecossistema marinho do entorno.

- Os condicionantes relativos à paisagem natural tornavam direta e simplificada a complementação da alimentação com o produto da pesca e coleta de mariscos. Condições acessíveis para integração das mulheres e idosos às atividades de pesca e coleta de marisco, agregando à renda familiar, disponibilidade para consumo e integração social.
- Existência de áreas de cultivo de raízes e grãos como macaxeira, inhame, feijão, entre outros – que permitiam produção para consumo.
- Abundância de gêneros frutíferos que tinham papel importante na complementação e diversificação da alimentação, fornecendo de acordo com a estação de cada fruta, a possibilidade de adicionar importantes fontes nutricionais com acesso fácil e sem custo, além de ser fonte de renda complementar a partir da comercialização.

As questões sistematizadas acima nos levaram a buscar compreensão de como essas dinâmicas teriam sido afetadas diante dos processos recentes de mudança na comunidade, alguns dos fatores mais relevantes para este impacto é o distanciamento do habitacional dos locais originais de pesca, coleta de mariscos e frutas - superior a quatro quilômetros - e as restrições ao acesso impostas pelo CIPS. Estes fatos geram despesa adicional com ancoragem e monitoramento dos barcos e inviabilizam a manutenção da participação das mulheres e idosos em atividades de pesca e coleta uma vez que a distância gera afastamento prolongado e deslocado da residência, onde a permanência ou proximidade é necessária para acompanhamento dos filhos sob seus encargos e ainda pelas limitações de movimentação dos idosos. Há ainda a obrigatoriedade de deslocamento em longas distâncias para acesso às atividades daqueles que as mantêm e consequente retorno realizando o transporte dos produtos coletados.

Esses elementos colaboram para que se consolide a diminuição de renda das famílias, uma vez que impactam na capacidade produtiva desta população, tradicionalmente vinculada ao território de origem, bem como contribui para a percepção destes indivíduos a respeito de um processo de empobrecimento nutricional da dieta, muito afetada também pela redução significativa das áreas de cultivo, já que na configuração espacial do habitacional não destinou-se área específica a tal atividade e os segmentos privados de terreno natural de cada família são limitados a poucos metros entre suas casas e os muros que os delimitam.



Como síntese dos relatos, observações e reflexões proporcionadas, concluímos que a segurança alimentar da comunidade foi impactada na medida que as possibilidades autônomas de acesso direto ou indireto ao alimento encontram barreiras a partir da remoção da população do território da Ilha de Tatuoca e alocação no Habitacional Vila Nova Tatuoca.

O desenvolvimento da pesquisa nos possibilitou compreender dinâmicas alimentares presentes na comunidade, principalmente no que se refere ao acesso e disponibilidade de alimentos, atualmente centrado no processo de compra, ainda que algumas famílias resistam - diante dos impactos causados pela remoção de seu território original, dando continuidade a processos autônomos de acesso à alimentos e geração de renda através da pesca e coleta. Percebemos também que os relatos comparativos a respeito das mudanças ocorridas nesta dinâmica, falam sobre o aumento na preocupação das famílias a respeito deste processo e implicações negativas no acesso e disponibilidade contínua aos alimentos, pois, embora o resultado da pontuação a partir da classificação da EBIA não classifique maioria em situação de insegurança alimentar grave, todas vivenciam a insegurança alimentar.

Consideramos por fim, que o resultado e as discussões suscitadas por essa pesquisa, tendo em vista as limitações relativas à amostra, nos trazem reflexões e ampliam a compreensão de processos que se qualificam como quadro exploratório para as dinâmicas da comunidade em questão.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei Orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional - LOSAN**. In: CONSEA, editor. Brasília; 2006. Disponível em <http://www4.planalto.gov.br/chttp://www4.planalto.gov.br/consea/conferencia/documentos/lei-de-seguranca-alimentar-e-nutricionalonsea/conferencia/documentos/lei-de-seguranca-alimentar-e-nutricional>. Acesso em: 22 mar. 2018.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Casa Civil. **Decreto No. 7272 de 25 de agosto de 2010**. Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Brasília, 2010c. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7272.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7272.htm). Acesso em: 22 mar. 2018.

COMUNIDADES TRADICIONAIS DO CABO E DE IPOJUCA ATINGIDAS EM SEU TERRITÓRIO PELO COMPLEXO INDUSTRIAL PORTUÁRIO DE SUAPE. **Carta das comunidades tradicionais do Cabo e de Ipojuca atingidas em seu território pelo Complexo Industrial Portuário de Suape**. 2016. Disponível em:

<<http://forumsuape.ning.com/profiles/blogs/carta-das-comunidades-de-suape-ao-governado> r>. Acesso em: 20 mar. 2018.

IBGE **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio: Segurança Alimentar** 2013. IBGE. Rio de Janeiro, Coordenação de Trabalho e Rendimento. V. 1: p.139. Rio de Janeiro. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv91984.pdf>. Acesso em 21/03/2018.

INSTITUTO DE PESQUISAS SOCIAIS APLICADAS (IPEA). **Avaliação da (In)Segurança Alimentar nas Regiões de Desenvolvimento do Estado de Pernambuco**. Recife: Departamento de Nutrição – DN/UFPE, 2011.

MORAES E ALBUQUERQUE ADVOGADOS E CONSULTORES. **EIA Complementar: estudo de impacto ambiental Estaleiro Promar S.A.** – Suape. 2010.

SEGALL-CORREA, Ana Maria; MARIN-LEON, Letícia. A Segurança Alimentar no Brasil: Proposição e Usos da Escala Brasileira de Medida da Insegurança Alimentar (EBIA) de 2003 a 2009. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 2, n. 16, p.1-19, jan. 2009. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8634782>>. Acesso em: 22 mar. 2018.

## APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

| BLOCO                             | QUESTÕES                                                                                                                                                                                                       |
|-----------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| IDENTIFICAÇÃO FAMÍLIAS            | A1. N                                                                                                                                                                                                          |
|                                   | A2. QUADRA                                                                                                                                                                                                     |
|                                   | A3. CASA                                                                                                                                                                                                       |
| CARACTERIZAÇÃO ENTREVISTADA       | 1. NOME                                                                                                                                                                                                        |
|                                   | 2. APELIDO                                                                                                                                                                                                     |
|                                   | 3. IDADE                                                                                                                                                                                                       |
|                                   | 4. SEXO                                                                                                                                                                                                        |
|                                   | 5. POSIÇÃO NA FAMÍLIA                                                                                                                                                                                          |
|                                   | 6.6 ESTÁ NA ESCOLA   CRECHE?                                                                                                                                                                                   |
|                                   | 6.7 SABE LER E ESCREVER?                                                                                                                                                                                       |
|                                   | 6.8 ESCOLARIDADE                                                                                                                                                                                               |
|                                   | 6.9 OCUPAÇÃO                                                                                                                                                                                                   |
| CARACTERIZAÇÃO FAMÍLIA            | 6.10 RENDA                                                                                                                                                                                                     |
|                                   | 6.10a RENDA FAMÍLIA                                                                                                                                                                                            |
|                                   | 6.11 LOCAL DE TRABALHO                                                                                                                                                                                         |
|                                   | 7. CHEFE DA FAMÍLIA                                                                                                                                                                                            |
| ACESSO AOS ALIMENTOS              | 7.1 QUANTAS PESSOAS NA FAMÍLIA                                                                                                                                                                                 |
|                                   | A4a. PRINCIPAL FORMA DE ACESSO AO ALIMENTO                                                                                                                                                                     |
|                                   | A4b. PRINCIPAL FORMA DE ACESSO AO ALIMENTO                                                                                                                                                                     |
| QUESTÕES EBIA                     | A4c. PRINCIPAL FORMA DE ACESSO AO ALIMENTO                                                                                                                                                                     |
|                                   | 10. NOS ÚLTIMOS 3 MESES, O(A) SR(A) TEVE A PREOCUPAÇÃO DE QUE A COMIDA NA SUA CASA ACABASSE ANTES QUE TIVESSE CONDIÇÃO DE COMPRAR, RECEBER OU PRODUIR MAIS COMIDA?                                             |
|                                   | 11. NOS ÚLTIMOS 3 MESES, A COMIDA ACABOU ANTES QUE O(A) SR(A) TIVESSE DINHEIRO PARA COMPRAR MAIS?                                                                                                              |
|                                   | 12. NOS ÚLTIMOS 3 MESES, O(A) SR(A) FICOU SEM DINHEIRO PARA TER UMA ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL E VARIADA?                                                                                                            |
|                                   | 13. NOS ÚLTIMOS 3 MESES, O(A) SR(A) TEVE QUE SE BASEAR EM APENAS ALGUNS POUCOS TIPOS DE ALIMENTOS PARA ALIMENTAR OS MORADORES COM MENOS DE 18 ANOS, PORQUE O DINHEIRO ACABOU?                                  |
|                                   | 14. NOS ÚLTIMOS 3 MESES, O(A) SR(A) OU ALGUM ADULTO EM SUA CASA DIMINUIU, ALGUMA VEZ, A QUANTIDADE DE ALIMENTOS NAS REFEIÇÕES, OU PULOU REFEIÇÕES, PORQUE NÃO HAVIA DINHEIRO SUFICIENTE PARA COMPRAR A COMIDA? |
|                                   | 15. NOS ÚLTIMOS 3 MESES, O(A) SR(A) ALGUMA VEZ COMEU MENOS DO QUE ACHOU QUE DEVERIA PORQUE NÃO HAVIA DINHEIRO O SUFICIENTE PARA COMPRAR COMIDA?                                                                |
|                                   | 16. NOS ÚLTIMOS 3 MESES, O(A) SR(A) ALGUMA VEZ SENTIU FOME MAS NÃO COMEU PORQUE NÃO PODIA COMPRAR COMIDA SUFICIENTE?                                                                                           |
|                                   | 17. NOS ÚLTIMOS 3 MESES, O(A) SR(A) OU QUALQUER OUTRO ADULTO EM SUA CASA FICOU, ALGUMA VEZ, UM DIA INTEIRO SEM COMER OU, TEVE APENAS UMA REFEIÇÃO AO DIA, PORQUE NÃO HAVIA DINHEIRO PARA COMPRAR COMIDA?       |
|                                   | 18. NOS ÚLTIMOS 3 MESES, O(A) SR(A) NÃO PODE OFERECER A ALGUM MORADOR COM MENOS                                                                                                                                |
|                                   | DE 18 ANOS, UMA ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL E VARIADA, PORQUE NÃO TINHA DINHEIRO?                                                                                                                                     |
|                                   | 19. NOS ÚLTIMOS 3 MESES, ALGUM MORADOR COM MENOS DE 18 ANOS NÃO COMEU EM QUANTIDADE SUFICIENTE, PORQUE NÃO HAVIA DINHEIRO PARA COMPRAR A COMIDA?                                                               |
|                                   | 20. NOS ÚLTIMOS 3 MESES, O(A) SR(A) ALGUMA VEZ, DIMINUIU A QUANTIDADE DE ALIMENTOS DAS REFEIÇÕES DE ALGUM MORADOR COM MENOS DE 18 ANOS, PORQUE NÃO HAVIA DINHEIRO SUFICIENTE PARA COMPRAR A COMIDA?            |
|                                   | 21. NOS ÚLTIMOS 3 MESES, ALGUMA VEZ ALGUM MORADOR COM MENOS DE 18 ANOS DEIXOU                                                                                                                                  |
|                                   | DE FAZER ALGUMA REFEIÇÃO, PORQUE NÃO HAVIA DINHEIRO PARA COMPRAR A COMIDA?                                                                                                                                     |
|                                   | 22. NOS ÚLTIMOS 3 MESES, ALGUM MORADOR COM MENOS DE 18 ANOS TEVE FOME, MAS SR(A) SIMPLEMENTE NÃO PODIA COMPRAR MAIS COMIDA?                                                                                    |
|                                   | 23. NOS ÚLTIMOS 3 MESES, ALGUM MORADOR COM MENOS DE 18 ANOS TEVE APENAS UMA REFEIÇÃO AO DIA, OU FICOU SEM COMER POR UM DIA INTEIRO, PORQUE NÃO HAVIA DINHEIRO PARA COMPRAR COMIDA?                             |
| PERCEPÇÃO DINÂMICA ALIMENTAR ILHA | 24. ABERTA ILHA DE TATUOCA                                                                                                                                                                                     |
| PERCEPÇÃO DINÂMICA ALIMENTAR VILA | 25. ABERTA HABITACIONAL VILA NOVA TATUOCA                                                                                                                                                                      |

## ANEXO A – MODELO LONGO ESCALA BRASILEIRA DE INSEGURANÇA ALIMENTAR

|                          |                                                                                                                                                                                                                |
|--------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>QUESTÕES<br/>EBIA</b> | 01. NOS ÚLTIMOS 3 MESES, O(A) SR(A) TEVE A PREOCUPAÇÃO DE QUE A COMIDA NA SUA CASA ACABASSE ANTES QUE TIVESSE CONDIÇÃO DE COMPRAR, RECEBER OU PRODUZIR MAIS COMIDA?                                            |
|                          | 02. NOS ÚLTIMOS 3 MESES, A COMIDA ACABOU ANTES QUE O(A) SR(A) TIVESSE DINHEIRO PARA COMPRAR MAIS?                                                                                                              |
|                          | 03. NOS ÚLTIMOS 3 MESES, O(A) SR(A) FICOU SEM DINHEIRO PARA TER UMA ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL E VARIADA?                                                                                                            |
|                          | 04. NOS ÚLTIMOS 3 MESES, O(A) SR(A) TEVE QUE SE BASEAR EM APENAS ALGUNS POUÇOS TIPOS DE ALIMENTOS PARA ALIMENTAR OS MORADORES COM MENOS DE 18 ANOS, PORQUE O DINHEIRO ACABOU?                                  |
|                          | 05. NOS ÚLTIMOS 3 MESES, O(A) SR(A) OU ALGUM ADULTO EM SUA CASA DIMINUIU, ALGUMA VEZ, A QUANTIDADE DE ALIMENTOS NAS REFEIÇÕES, OU PULOU REFEIÇÕES, PORQUE NÃO HAVIA DINHEIRO SUFICIENTE PARA COMPRAR A COMIDA? |
|                          | 06. NOS ÚLTIMOS 3 MESES, O(A) SR(A) ALGUMA VEZ COMEU MENOS DO QUE ACHOU QUE DEVIA PORQUE NÃO HAVIA DINHEIRO O SUFICIENTE PARA COMPRAR COMIDA?                                                                  |
|                          | 07. NOS ÚLTIMOS 3 MESES, O(A) SR(A) ALGUMA VEZ SENTIU FOME MAS NÃO COMEU PORQUE NÃO PODIA COMPRAR COMIDA SUFICIENTE?                                                                                           |
|                          | 08. NOS ÚLTIMOS 3 MESES, O(A) SR(A) OU QUALQUER OUTRO ADULTO EM SUA CASA FICOU, ALGUMA VEZ, UM DIA INTEIRO SEM COMER OU, TEVE APENAS UMA REFEIÇÃO AO DIA, PORQUE NÃO HAVIA DINHEIRO PARA COMPRAR COMIDA?       |
|                          | 09. NOS ÚLTIMOS 3 MESES, O(A) SR(A) NÃO PODE OFERECER A ALGUM MORADOR COM MENOS DE 18 ANOS, UMA ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL E VARIADA, PORQUE NÃO TINHA DINHEIRO?                                                     |
|                          | 10. NOS ÚLTIMOS 3 MESES, ALGUM MORADOR COM MENOS DE 18 ANOS NÃO COMEU EM QUANTIDADE SUFICIENTE, PORQUE NÃO HAVIA DINHEIRO PARA COMPRAR A COMIDA?                                                               |
|                          | 11. NOS ÚLTIMOS 3 MESES, O(A) SR(A) ALGUMA VEZ, DIMINUIU A QUANTIDADE DE ALIMENTOS DAS REFEIÇÕES DE ALGUM MORADOR COM MENOS DE 18 ANOS, PORQUE NÃO HAVIA DINHEIRO SUFICIENTE PARA COMPRAR A COMIDA?            |
|                          | 12. NOS ÚLTIMOS 3 MESES, ALGUMA VEZ ALGUM MORADOR COM MENOS DE 18 ANOS DEIXOU DE FAZER ALGUMA REFEIÇÃO, PORQUE NÃO HAVIA DINHEIRO PARA COMPRAR A COMIDA?                                                       |
|                          | 13. NOS ÚLTIMOS 3 MESES, ALGUM MORADOR COM MENOS DE 18 ANOS TEVE FOME, MAS SR(A) SIMPLEMENTE NÃO PODIA COMPRAR MAIS COMIDA?                                                                                    |
|                          | 14. NOS ÚLTIMOS 3 MESES, ALGUM MORADOR COM MENOS DE 18 ANOS TEVE APENAS UMA REFEIÇÃO AO DIA, OU FICOU SEM COMER POR UM DIA INTEIRO, PORQUE NÃO HAVIA DINHEIRO PARA COMPRAR COMIDA?                             |